COMUNICAÇÃO COMO ESCUTA ANCESTRAL: A sabedoria indígena e as epistemologias do Sul, ecologia de saberes e epistemicídio digital

COMMUNICATION AS ANCESTRAL LISTENING: Indigenous Wisdom and the Epistemologies of the South, Ecology of Knowledges and Digital Epistemicide

Walker Soares do Nascimento [1]
Dimas A. Künsch[2]
Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Resumo:

Este estudo analisa a dimensão comunicacional a partir do entrecruzamento crítico entre inteligência artificial (IA) e epistemologias indígenas, considerando os modos de significação presentes nas cosmovisões originárias e nos dispositivos tecnológicos contemporâneos. Parte-se do pressuposto de que a IA, concebida sob a racionalidade técnico-científica ocidental, tende a silenciar saberes diversos, reproduzindo a colonialidade do conhecimento e contribuindo para o epistemicídio. Em contraste, epistemologias indígenas, com lógicas circulares, narrativas e sensíveis, possibilitam a construção de uma ecologia de saberes que valoriza a pluralidade de perspectivas e fomenta diálogos éticos mais inclusivos. A metodologia envolve revisão bibliográfica e análise crítica de referenciais do Norte e do Sul, articuladas em forma de ensaio. Busca-se contribuir para formas de comunicação que evitem apagamentos epistemológicos e promovam diálogos entre saberes ancestrais e tecnologias algorítmicas.

Palavras-Chave: comunicação decolonial, inteligência artificial; epistemologias indígenas.

Abstract:
This study analyzes the communicational dimension through the critical intersection between artificial intelligence (AI) and Indigenous epistemologies, considering modes of meaning present in originative worldviews and contemporary technological devices. It assumes that AI, conceived under Western techno-scientific rationality, tends to silence diverse knowledges, reproducing the coloniality of knowledge and contributing to epistemicide. In contrast, Indigenous epistemologies, with circular, narrative, and sensitive logics, enable the construction of an ecology of knowledges that values plurality of perspectives and fosters more inclusive ethical dialogues. The methodology involves bibliographic review and critical analysis of Northern and Southern frameworks articulated in essay form. The study seeks to

[1] Mestre em Economia de Empresas pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais. Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). E-mail:, walkernascimento@gmail.com.
[2] Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). E-mail: dimas.kunsch@gmail.com.

contribute to communicational practices that avoid epistemological erasures and promote dialogues between ancestral knowledges and algorithmic technologies.

Keywords: ***D***ecolonial communication; artificial intelligence; Indigenous epistemologies

A expansão das tecnologias digitais reorganizou profundamente as formas contemporâneas de produção de sentido. A comunicação deixou de ser compreendida apenas como mediação simbólica entre sujeitos e passou a operar em ambientes automatizados de classificação, previsão e modulação comportamental. Nesse contexto, a inteligência artificial não representa apenas uma inovação técnica, mas uma transformação epistemológica: conhecer passa a significar reconhecer padrões.

A lógica algorítmica baseia-se na identificação de regularidades estatísticas. Sistemas de aprendizado de máquina não interpretam significados; detectam recorrências. O mundo torna-se legível na medida em que pode ser quantificado, categorizado e previsto. Aquilo que não produz regularidade torna-se ruído. O que não pode ser modelado torna-se invisível.

Essa transformação não ocorre em vazio histórico. A racionalidade que sustenta a inteligência artificial emerge de um longo processo de constituição da epistemologia moderna, marcado pela separação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, razão e sensibilidade. A tecnologia digital radicaliza essa tradição ao automatizar a classificação do real, convertendo a experiência em dados e a comunicação, em circulação de informação reconhecível.

O problema central não reside na existência das tecnologias, mas no regime de inteligibilidade que elas consolidam. Ao operar por reconhecimento de padrões, sistemas algorítmicos tendem a privilegiar aquilo que já é reconhecível dentro de suas categorias. Desse modo, instauram-se formas contemporâneas de invisibilização: não é necessário destruir um conhecimento para silenciá-lo; basta que ele não seja classificável.

É nesse ponto que o diálogo com epistemologias indígenas se torna relevante. Diferentemente da tradição moderna, esses modos de conhecimento não organizam o mundo a partir da separação entre observador e observado. Conhecer não significa representar, mas relacionar-se. A comunicação não é transmissão de informação, mas participação em uma rede de existências humanas e não humanas. A escuta, nesse horizonte, não constitui uma etapa do

processo comunicacional. Ela é sua própria condição ontológica. Escutar não é captar dados do mundo, mas tornar-se disponível à alteridade.

A hipótese deste trabalho sustenta que a mediação algorítmica contemporânea (re)produz formas de silenciamento epistêmico ao privilegiar apenas conhecimentos reconhecíveis por padrões estatísticos, enquanto epistemologias indígenas oferecem uma concepção relacional de comunicação capaz de tensionar essa lógica. A partir desse contraste, propõe-se compreender a comunicação não como circulação de mensagens, mas como prática de coexistência entre modos distintos de conhecer.

O objetivo não é rejeitar a inteligência artificial, nem romantizar saberes tradicionais. Trata-se de investigar como diferentes ontologias do conhecimento produzem diferentes formas de comunicação. Entre a previsão algorítmica e a escuta relacional, abre-se um campo teórico para repensar o próprio conceito de inteligência.

A expansão das tecnologias digitais reorganizou profundamente as formas contemporâneas de produção de sentido. A comunicação deixou de ser compreendida apenas como mediação simbólica entre sujeitos e passou a operar em ambientes automatizados de classificação, previsão e modulação comportamental. Nesse contexto, a inteligência artificial não representa apenas uma inovação técnica, mas uma transformação epistemológica: conhecer passa a significar reconhecer padrões.

A lógica algorítmica baseia-se na identificação de regularidades estatísticas. Sistemas de aprendizado de máquina não interpretam significados; detectam recorrências. O mundo torna-se legível na medida em que pode ser quantificado, categorizado e previsto. Aquilo que não produz regularidade torna-se ruído. O que não pode ser modelado torna-se invisível.

Essa transformação não ocorre em vazio histórico. A racionalidade que sustenta a inteligência artificial emerge de um longo processo de constituição da epistemologia moderna, marcado pela separação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, razão e sensibilidade. A tecnologia digital radicaliza essa tradição ao automatizar a classificação do real, convertendo a experiência em dados e a comunicação, em circulação de informação reconhecível.

O problema central não reside na existência das tecnologias, mas no regime de inteligibilidade que elas consolidam. Ao operar por reconhecimento de padrões, sistemas algorítmicos tendem a privilegiar aquilo que já é reconhecível dentro de suas categorias. Desse

modo, instauram-se formas contemporâneas de invisibilização: não é necessário destruir um conhecimento para silenciá-lo; basta que ele não seja classificável.

É nesse ponto que o diálogo com epistemologias indígenas se torna relevante. Diferentemente da tradição moderna, esses modos de conhecimento não organizam o mundo a partir da separação entre observador e observado. Conhecer não significa representar, mas relacionar-se. A comunicação não é transmissão de informação, mas participação em uma rede de existências humanas e não humanas. A escuta, nesse horizonte, não constitui uma etapa do processo comunicacional. Ela é sua própria condição ontológica. Escutar não é captar dados do mundo, mas tornar-se disponível à alteridade.

A hipótese deste trabalho sustenta que a mediação algorítmica contemporânea (re)produz formas de silenciamento epistêmico ao privilegiar apenas conhecimentos reconhecíveis por padrões estatísticos, enquanto epistemologias indígenas oferecem uma concepção relacional de comunicação capaz de tensionar essa lógica. A partir desse contraste, propõe-se compreender a comunicação não como circulação de mensagens, mas como prática de coexistência entre modos distintos de conhecer.

O objetivo não é rejeitar a inteligência artificial, nem romantizar saberes tradicionais. Trata-se de investigar como diferentes ontologias do conhecimento produzem diferentes formas de comunicação. Entre a previsão algorítmica e a escuta relacional, abre-se um campo teórico para repensar o próprio conceito de inteligência.

A forma ensaística acompanha essa investigação. Não se trata de estabelecer definições encerradas, mas de aproximar perspectivas e, compreensivamente, colocar conceitos em relação. Em diálogo com Michel de Montaigne (2010), Theodor W. Adorno (2003), Jean Starobinski (2011) e Vilém Flusser (1998), o ensaio opera por deslocamentos e contrastes, não por conclusões definitivas. Seu movimento é relacional.

As reservas dirigidas a essa forma de pensamento geralmente se apoiam na expectativa de fechamento conceitual e estabilidade sistemática. Tal expectativa aproxima-se do que Boaventura de Sousa Santos descreve como um paradigma “desencantado, triste e sem imaginação” (1989, p. 35), fundado numa espécie de monoteísmo da razão e de uma fé irrestrita no método, ainda que, não raro, procurando a verdade “nas costas dos objetos” (1989, p. 35), orientado pela previsibilidade e pela fixação de categorias. A opção pelo ensaio não recusa o rigor, antes, o acalenta, buscando aliar o melhor do que a ideia de rigor tenta traduzir com o propósito, tão importante quanto, do vigor, uma palavra que acena com força para a

centralidade da vida em todas as operações humanas, incluindo o labor científico (Künsch; Carraro, 2012).

Na base desse olhar encontra-se o reconhecimento de que determinadas questões – sobretudo aquelas que envolvem ontologias do conhecimento – não se deixam reduzir a definições finais. Menos portanto e mais talvez é o que se pode almejar; menos muros e cercas e mais pontes, porteiras e janelas; ou, ainda, mais interrogações, vírgulas e reticências, como se costuma invocar nos ambientes sempre em movimento de um pensamento e epistemologia compreensivos (Künsch, 2020).

1. Crise civilizatória e comunicação

As transformações tecnológicas contemporâneas não podem ser compreendidas isoladamente como mudanças instrumentais. Elas se inscrevem em um contexto mais amplo de esgotamento das categorias que organizaram a experiência moderna. A promessa civilizatória fundada no progresso técnico, no crescimento econômico contínuo e na expansão do domínio racional sobre o mundo encontra seus limites nas crises ecológicas, sociais e existenciais que atravessam o presente.

A aceleração da produção de informação não produziu ampliação proporcional de compreensão. Ao contrário, multiplicaram-se ambientes comunicacionais saturados, nos quais a abundância de mensagens convive com a dificuldade de escuta. A comunicação contemporânea caracteriza-se menos pela ausência de fala e mais pela impossibilidade de acolhimento do outro. O problema não é silêncio, mas excesso de emissão.

Esse cenário pode ser interpretado como uma crise de sensibilidade comunicacional. A Modernidade estruturou basicamente a comunicação sob o paradigma da transmissão: um emissor produz uma mensagem destinada a um receptor. A eficácia do processo depende da clareza do código e da redução de ruídos. Entretanto, a mediação algorítmica reorganiza esse modelo ao substituir interlocutores por perfis probabilísticos. Não se comunica mais com sujeitos, mas com previsões de comportamento.

O resultado é a produção de ambientes autorreferenciais. Sistemas digitais tendem a reforçar regularidades previamente identificadas, reduzindo a exposição ao inesperado. O encontro com a diferença torna-se exceção estatística. Assim, a comunicação deixa de ser experiência de alteridade para converter-se em retroalimentação de preferências.

Nesse contexto, a crise não é apenas tecnológica, mas ontológica. A dificuldade contemporânea de lidar com a diferença relaciona-se à própria constituição histórica do pensamento moderno, que organizou o mundo a partir de distinções rígidas entre sujeito e objeto, cultura e natureza, humanidade e exterioridade. A comunicação herdou essa estrutura ao privilegiar a representação sobre a relação.

A noção de colonialidade do poder permite compreender como essa racionalidade se universalizou. A expansão moderna não implicou apenas dominação territorial, mas também imposição de uma forma específica de conhecimento como parâmetro único de verdade. Saberes que não correspondiam à lógica classificatória foram desautorizados, não por erro, mas por não pertencerem ao regime de validação dominante.

A comunicação participou desse processo ao funcionar historicamente como meio de difusão de categorias universais. A fala autorizada substituiu o diálogo. A tradução foi substituída pela assimilação. O mundo tornou-se inteligível apenas na medida em que podia ser descrito pelos conceitos do centro hegemônico.

A mediação digital reatualiza essa dinâmica sob nova forma. A classificação algorítmica não elimina saberes; ela os torna estatisticamente irrelevantes. Aquilo que não gera recorrência desaparece do campo perceptivo. O silenciamento ocorre por ausência de reconhecimento.

Dessa forma, a crise civilizatória manifesta-se também como crise comunicacional: a incapacidade de sustentar a presença do outro sem reduzi-lo à mesma estrutura interpretativa. A escuta, enquanto abertura à diferença, torna-se incompatível com sistemas orientados à previsão.

É nesse ponto que epistemologias indígenas oferecem um deslocamento conceitual. Nelas, conhecer não é abstrair do mundo, mas participar dele. A comunicação não se limita à troca simbólica entre humanos; envolve relações com múltiplas existências. O real não é composto apenas por objetos observáveis, mas por presenças com agência.

A crise contemporânea pode, então, ser interpretada como resultado de uma comunicação reduzida à operacionalidade. A ampliação técnica da capacidade de fala não foi acompanhada pela ampliação da capacidade de escuta. Entre a abundância informacional e o empobrecimento relacional, abre-se a necessidade de reconsiderar o próprio fundamento comunicacional: não a transmissão de conteúdos, mas a possibilidade de convivência entre mundos.

2. Genealogia da razão ocidental e os fundamentos da racionalidade algorítmica

A inteligência artificial não constitui uma ruptura absoluta na história do pensamento, mas a radicalização de uma trajetória epistemológica iniciada na Modernidade. Para compreender sua lógica de funcionamento é necessário retornar ao modo como o Ocidente estruturou a relação entre conhecimento e mundo.

O ponto de inflexão encontra-se na constituição do sujeito moderno. A formulação cartesiana estabelece a certeza do pensamento como fundamento do real e institui a separação entre a substância pensante (*res cogitans*) e a substância extensa (*res extensa*). A partir desse gesto, conhecer passa a significar distanciar-se. O mundo torna-se objeto de representação, e não mais campo de participação.

Essa cisão inaugura um modelo epistemológico baseado na exterioridade. A validade do conhecimento depende da eliminação do envolvimento entre quem conhece e aquilo que é conhecido. Sensibilidade, corpo e território deixam de ser condições do saber para tornar-se obstáculos. O ideal cognitivo passa a ser uma mente sem lugar.

Tal concepção permitiu a matematização da natureza. Ao converter fenômenos em grandezas mensuráveis, tornou-se possível prever comportamentos e organizar intervenções.

O conhecimento adquiriu função operacional: compreender para controlar. A realidade foi gradualmente traduzida em linguagem quantitativa.

O Iluminismo amplia esse projeto ao universalizar a razão como critério único de verdade. Classificar, ordenar e sistematizar tornam-se operações centrais. A Enciclopédia e os sistemas taxonômicos expressam a ambição de tornar o mundo integralmente legível. O saber passa a coincidir com a capacidade de organizar diferenças em categorias estáveis.

Entretanto, a universalidade proclamada corresponde a uma localização específica. A razão moderna assume validade geral ao desautorizar outras formas de conhecimento. Cosmologias não enquadradas no modelo classificatório são deslocadas para o campo do não saber. O conhecimento torna-se simultaneamente instrumento cognitivo e político.

Essa estrutura estabelece as bases que será denominada colonialidade do saber: a hierarquização global das formas de conhecer. A Modernidade não apenas produziu ciência, mas definiu quais experiências poderiam ser reconhecidas como conhecimento. A exclusão epistêmica não ocorreu por ausência de racionalidade, mas por incompatibilidade com um regime específico de validação.

A inteligência artificial herda essa lógica. O algoritmo depende da formalização do mundo em dados discretos. Para que algo seja processado, precisa ser previamente traduzido em informação estruturada. Assim como a ciência moderna reduziu fenômenos à mensuração, a IA reduz experiências à codificação.

O aprendizado de máquina não compreende significados; identifica regularidades. Sua operação baseia-se na repetição estatística. Aquilo que não apresenta recorrência suficiente torna-se invisível. O conhecimento passa a coincidir com probabilidade.

Desse modo, a racionalidade algorítmica não inaugura um novo paradigma epistemológico, mas automatiza a razão classificatória moderna. O que antes era atividade intelectual torna-se procedimento técnico. A distinção entre verdadeiro e falso é substituída por mais provável e menos provável.

O efeito não é apenas técnico, mas ontológico. Ao organizar o mundo por padrões, sistemas algorítmicos tendem a estabilizar interpretações. A diferença deixa de ser experiência para tornar-se ruído. A realidade comunicacional aproxima-se de um sistema de antecipações.

A genealogia moderna permite compreender que esse movimento não é contingente. A busca por previsão está inscrita no próprio modelo de conhecimento que orienta a técnica ocidental. A inteligência artificial representa sua forma mais eficiente: um pensamento que opera sem experiência.

Assim, a emergência da racionalidade algorítmica evidencia o limite da epistemologia baseada na separação entre sujeito e mundo. Quanto mais a realidade é reduzida a informação, mais difícil torna-se reconhecer dimensões relacionais que não se deixam formalizar. O problema não reside apenas nos usos da tecnologia, mas na concepção de conhecimento que a sustenta.

A crítica não implica rejeição da técnica, mas compreensão de sua origem. A inteligência artificial não pensa de modo diferente da Modernidade; pensa da maneira moderna em grau máximo. É nesse ponto que outras epistemologias podem contribuir não como oposição externa, mas como deslocamento interno da própria ideia de conhecer.

A leitura de Martin Heidegger torna possível pensar a inteligência artificial para além de sua dimensão instrumental e funcional. Em *A questão da técnica* (Heidegger, 2007), o filósofo afirma que “a essência da técnica não é técnica”, deslocando o problema dos dispositivos para o modo como o real é convocado a aparecer. A técnica moderna, compreendida como *Gestell* (armação), não se limita a produzir artefatos; ela organiza o

horizonte no qual algo pode ser reconhecido como existente. O mundo passa a apresentar-se como reserva disponível, como fundo explorável, como recurso mobilizável.

Não se trata apenas de usar instrumentos, mas de instaurar uma disposição segundo a qual tudo o que é deve estar pronto para cálculo, extração e previsão. Nesse sentido, a racionalidade algorítmica não inaugura uma ruptura histórica; ela opera no interior desse mesmo regime de revelação, radicalizando-o ao pressupor que o real já esteja previamente configurado como dado.

O que se evidencia, então, não é apenas um avanço técnico, mas a consolidação de uma ontologia da disponibilidade. Quando a experiência é traduzida em informação e o sentido cede lugar à probabilidade, intensifica-se um modo específico de desvelamento no qual a diferença tende a ser absorvida como padrão e a singularidade, tratada como ruído estatístico. O perigo, como sugere Heidegger (2007), não reside simplesmente nos usos da técnica, mas no esquecimento de que esse tipo de enquadramento, ou *Gestell*, é histórico e contingente.

Ao naturalizar a equivalência entre conhecer e calcular, a racionalidade algorítmica estreita as formas de aparecimento do mundo. Tornar visível esse horizonte não implica rejeição da técnica, mas abertura crítica: reconhecer o enquadramento é, talvez, o primeiro passo para pensar além dele.

Aquilo que nos ameaça é o mesmo que nos pode salvar, argumenta Heidegger, convocando para a urgência de se pensar a técnica. O caminho é o do pensamento, ele diz logo no início de seu ensaio, resultando de uma conferência ministrada na Escola Superior Técnica de Munique em novembro de 1953, oito anos depois de Hiroshima e Nagasaki e em pleno avançar da Guerra Fria, aqui nesse contexto materializada nas corridas nuclear e espacial. Um pensamento que, mais que por *vocação* (*Berufung*), se deixa melhor traduzir por *devoção* (*Besinnung*), significando literalmente, em alemão, uma "reflexão meditativa", ou simplesmente, "meditação". "Quanto mais nos aproximarmos do perigo, de modo mais claro começarão a brilhar os caminhos para o que salva, mais questionadores seremos. Pois o questionar é a devoção do pensamento" (Heidegger, 2007, p. 396).

3. Epistemologias do Sul e ecologia de saberes: a crítica à monocultura cognitiva

A genealogia da racionalidade moderna evidencia que a inteligência artificial se inscreve em uma tradição epistemológica baseada na universalização de um único modo de conhecer. A crítica a esse modelo encontra nas epistemologias do Sul um campo teórico capaz

de reposicionar o problema não como falha tecnológica, mas como limitação cognitiva estrutural.

As epistemologias do Sul partem do reconhecimento de que o mundo é mais vasto que o conhecimento produzido pela Modernidade ocidental. A ciência moderna não constitui a totalidade do saber humano, mas uma entre várias formas possíveis de leitura e interpretação da realidade. Sua hegemonia resulta de processos históricos de dominação, e não de superioridade ontológica.

O conceito de pensamento abissal descreve o mecanismo dessa hegemonia. A Modernidade estabelece uma linha invisível que separa o que é reconhecido como conhecimento do que é produzido como inexistente. De um lado situam-se ciência, direito e racionalidade; do outro, saberes convertidos em crença, mito ou superstição. A exclusão não ocorre por refutação, mas por impossibilidade de reconhecimento.

Essa divisão produz o epistemicídio: a destruição sistemática de formas de conhecimento que não se enquadram nos critérios da racionalidade dominante. Não se trata apenas de perda cultural, mas de redução da capacidade humana de compreender a realidade, ao eliminar outras maneiras de conhecer, reduz-se também o horizonte do possível.

A ecologia de saberes surge como alternativa a essa monocultura cognitiva. Seu princípio central não é substituir um conhecimento por outro, mas permitir a coexistência de racionalidades distintas. O conhecimento científico permanece válido em seus contextos próprios, mas deixa de reivindicar exclusividade interpretativa.

Essa perspectiva desloca a questão da verdade para a questão da pertinência. Diferentes saberes respondem a diferentes problemas. A validade passa a depender da capacidade de produzir sentido e orientar práticas concretas. O conhecimento deixa de ser universal para tornar-se relacional.

A tradução intercultural constitui o método dessa relação. Traduzir não significa reduzir diferenças a equivalências, mas tornar inteligíveis perspectivas distintas sem anulá-las. O objetivo não é alcançar consenso total, mas possibilitar comunicação entre mundos conceituais diversos.

Nesse contexto, a comunicação adquire nova função. Deixa de ser transmissão de informação para tornar-se espaço de mediação epistemológica. Comunicar passa a significar sustentar a coexistência entre racionalidades heterogêneas.

A inteligência artificial, entretanto, opera segundo lógica inversa. Seu funcionamento depende da padronização semântica. Para processar dados, precisa reduzir significados à forma computável. A pluralidade interpretativa transforma-se em inconsistência técnica.

Assim, o problema central não é o viés algorítmico isolado, mas a incompatibilidade estrutural entre sistemas baseados em generalização estatística e conhecimentos baseados em singularidade relacional. O algoritmo reconhece padrões; saberes situados reconhecem contextos.

A ecologia de saberes não rejeita a tecnologia, mas exige reconfiguração de seus pressupostos. Em vez de perguntar como incluir outros saberes nos sistemas existentes, questiona-se quais sistemas seriam possíveis se a pluralidade epistemológica fosse ponto de partida.

Essa inversão desloca a inteligência artificial de paradigma universal para instrumento localizado. Sistemas algorítmicos deixam de ser mediadores neutros e passam a ser práticas interpretativas específicas. A tecnologia torna-se uma entre várias formas de conhecer o mundo.

Dessa forma, a crítica decolonial não visa negar a ciência ou a técnica, mas interromper sua pretensão de totalidade. O conhecimento humano não pode ser reduzido a um único regime de validação sem empobrecer a própria realidade que busca compreender.

A ecologia de saberes propõe, portanto, um horizonte comunicacional distinto: um campo em que múltiplas inteligibilidades coexistem sem necessidade de convergência absoluta. Nesse horizonte, a inteligência artificial não desaparece, mas deixa de ocupar o lugar de critério final de verdade.

4. Saberes indígenas e comunicação como relação cosmológica

A crítica à monocultura cognitiva encontra nos saberes indígenas não apenas um contraponto teórico, mas a existência concreta de outros regimes de inteligibilidade. Se as Epistemologias do Sul demonstram a limitação histórica do universalismo moderno, as cosmologias ameríndias evidenciam a possibilidade real de organizar o conhecimento a partir de princípios distintos da separação sujeito-objeto.

Nessas cosmologias, conhecer não é representar o mundo, mas participar dele. O conhecimento não surge da distância analítica, mas da relação. A comunicação, portanto, não

constitui um campo especializado de transmissão simbólica; ela corresponde à própria condição de existência dos seres.

A obra de Ailton Krenak explicita esse deslocamento ontológico. Ao afirmar a Terra como entidade viva, o autor rompe com a noção moderna de natureza como exterioridade passiva. O território deixa de ser cenário para tornar-se parente. A relação com o mundo não é mediada pela observação, mas pelo pertencimento.

Nesse contexto, escutar adquire estatuto epistemológico. Escutar não significa captar informações, mas reconhecer a presença de outras existências. O rio, a montanha e a floresta não funcionam como objetos de interpretação humana; são agentes que comunicam dentro de uma rede relacional mais ampla.

O sonho, frequentemente tratado pela racionalidade moderna como experiência subjetiva, torna-se método de conhecimento. Não se trata de imaginação individual, mas de canal de relação cosmológica. A distinção entre realidade e simbolismo perde centralidade, pois ambos constituem modos de manifestação do mesmo mundo vivo.

Davi Kopenawa aprofunda essa compreensão ao descrever a comunicação xamânica com os xapiri. Os espíritos não operam como metáforas culturais, mas como sujeitos efetivos de relação. A floresta pensa, reage e responde. O conhecimento emerge da convivência com essas presenças.

Essa perspectiva desloca o conceito de linguagem, comunicação não se restringe ao discurso humano articulado. Cantos, silêncios, ritmos e sonhos participam do processo comunicativo. O mundo não é mudo até ser descrito; ele já é linguagem antes da interpretação. O perspectivismo ameríndio, desenvolvido por Eduardo Viveiros de Castro, oferece formulação teórica desse princípio, a humanidade não é atributo biológico exclusivo, mas posição relacional. Diferentes seres compartilham condição de sujeito em seus próprios mundos.

Consequentemente, comunicar não significa transmitir mensagens entre indivíduos isolados, mas negociar pontos de vista entre existências. Conhecer envolve deslocar-se da própria perspectiva e reconhecer a legitimidade de outras formas de perceber.

Essa ontologia relacional contrasta diretamente com a estrutura da inteligência artificial. Sistemas algorítmicos operam pela objetificação do mundo em dados. Para reconhecer padrões, precisam converter diferenças em equivalências mensuráveis.

Enquanto a cosmologia indígena compreende a floresta como rede de sujeitos, o algoritmo a interpreta como conjunto de variáveis. A diferença não é apenas cultural, mas estrutural: uma inteligência busca relação; a outra busca classificação.

O problema não reside na incapacidade técnica do sistema, mas em sua arquitetura epistemológica. A IA pressupõe um mundo passível de modelagem completa. As cosmologias indígenas partem da impossibilidade dessa totalização.

Dessa tensão emerge a noção de epistemicídio digital. Quando apenas o que pode ser quantificado se torna visível, formas de conhecimento baseadas na experiência sensível são convertidas em ruído. O apagamento não ocorre por negação explícita, mas por ausência de reconhecimento operacional.

Entretanto, o encontro entre essas racionalidades não precisa resultar em exclusão mútua. A ecologia de saberes permite compreender a inteligência artificial como prática localizada, não como modelo universal de inteligência.

Nesse enquadramento, tecnologias deixam de substituir outras formas de conhecer e passam a coexistir com elas. O algoritmo não interpreta a totalidade do mundo, mas produz um tipo específico de leitura entre vários possíveis.

A comunicação como escuta ancestral emerge então como princípio mediador. Escutar significa admitir que o mundo possui múltiplas formas de expressão e que nenhuma delas pode reivindicar exclusividade interpretativa.

Assim, o diálogo entre inteligência artificial e saberes indígenas não busca síntese homogênea. Seu objetivo é reconhecer limites recíprocos. A técnica aprende a abandonar a pretensão de totalidade, e a ancestralidade não é reduzida a dado cultural.

Nesse horizonte, a comunicação deixa de ser instrumento de tradução forçada e torna-se espaço de coexistência entre inteligências distintas.

5. Inteligência artificial, poder e epistemicídio digital

Se a Modernidade instituiu a colonialidade do saber por meio da ciência e da classificação, a era digital amplia esse processo através da automação. A inteligência artificial não inaugura a hierarquização do conhecimento; ela a acelera, estabiliza e torna invisível.

Os sistemas algorítmicos operam a partir de uma premissa fundamental: para reconhecer, é necessário reduzir. A realidade é convertida em variáveis discretas, e aquilo que

não pode ser formalizado é descartado como irrelevante. A operação técnica da IA consiste, portanto, em transformar o mundo em estrutura calculável.

Essa transformação não é neutra. Ao converter experiências em dados, estabelece-se um critério de existência baseado na legibilidade computacional. O que não entra no sistema não desaparece materialmente, mas deixa de participar das decisões mediadas tecnologicamente. Torna-se invisível operacional.

Essa invisibilidade caracteriza o epistemicídio digital. Diferentemente do apagamento colonial clássico, que destruía fisicamente saberes e povos, o apagamento algorítmico ocorre pela exclusão funcional. O conhecimento continua existindo, mas não possui valor dentro dos dispositivos que organizam a vida social.

Os algoritmos classificam para prever. Para prever, necessitam de padrões. Para produzir padrões, comprimem diferenças. Esse processo desloca o mundo da experiência para o domínio da probabilidade. O singular passa a ser erro estatístico.

A consequência é uma mudança na própria estrutura da comunicação. O sentido deixa de emergir do encontro entre sujeitos e passa a ser produzido por sistemas de recomendação. A relevância é definida pelo cálculo de engajamento, não pela importância cultural ou existencial.

Nesse regime, falar não garante ser ouvido. A escuta não é distribuída igualmente; ela é mediada por critérios automáticos de visibilidade. A fala torna-se dependente da lógica de otimização. A comunicação passa a operar como filtragem.

A governamentalidade algorítmica emerge desse processo. A gestão das populações não ocorre mais apenas por instituições políticas, mas por plataformas que modulam comportamentos através da previsão. O poder desloca-se da coerção para a indução probabilística.

O capitalismo de vigilância estrutura-se nessa dinâmica. A experiência humana transforma-se em matéria-prima comportamental. O objetivo não é apenas interpretar ações, mas antecipá-las. O futuro torna-se campo de exploração econômica.

Nesse contexto, a colonialidade assume nova forma. Se antes a expansão dependia da ocupação territorial, agora depende da captura informacional. A vida cotidiana converte-se em território de extração. O dado torna-se recurso natural.

O colonialismo de dados opera segundo lógica semelhante ao extrativismo histórico. A coleta ocorre sem reciprocidade, e o valor gerado não retorna às comunidades de origem. O conhecimento produzido a partir das populações não pertence a elas.

A inteligência artificial aprende com esse material. Seus padrões refletem as estruturas sociais presentes nos dados. Desigualdades históricas não são corrigidas; são reproduzidas com eficiência matemática.

Os vieses algorítmicos não são anomalias técnicas, mas expressões estruturais desse processo. A máquina não discrimina por intenção, mas por fidelidade estatística ao passado. O problema não reside na falha do sistema, mas na coerência de sua lógica.

Assim, o algoritmo torna-se agente de normalização. Ele estabiliza hierarquias sob aparência de objetividade. A decisão automatizada mascara escolhas políticas como resultado técnico inevitável.

A colonialidade da fala manifesta-se nesse ponto. Ao definir o que é visível, o sistema define igualmente quem participa do espaço público digital. Narrativas fora do padrão de engajamento tornam-se silenciosas. O ruído substitui o diálogo.

O epistemicídio digital consiste precisamente nisso: não proibir a palavra, mas impossibilitar sua circulação. A invisibilidade torna-se forma de censura sem agente identificável.

Considerações finais

Este trabalho partiu de uma questão central: é possível pensar a comunicação em tempos de inteligência artificial sem reproduzir a lógica colonial que historicamente organizou a produção do conhecimento? A investigação demonstrou que essa pergunta não diz respeito apenas ao campo tecnológico, mas ao próprio fundamento epistemológico da Modernidade.

A análise evidenciou que a inteligência artificial não constitui uma ruptura radical com o passado, mas a continuidade automatizada de um regime de saber fundado na separação entre sujeito e mundo. Desde o gesto cartesiano até a governamentalidade algorítmica, consolida-se uma racionalidade que transforma a realidade em objeto calculável. Nesse processo, a diferença deixa de ser relação e passa a ser ruído estatístico.

O resultado é o que aqui foi denominado epistemicídio digital: não a destruição física dos saberes, mas sua exclusão operacional. Aquilo que não pode ser traduzido em dados torna-

se irrelevante para sistemas que organizam a visibilidade social. A máquina não silencia por proibição; silencia por não reconhecer.

As epistemologias do Sul e, no interior delas, os saberes indígenas revelam o limite dessa lógica. Ao compreender o conhecimento como relação, responsabilidade e copertença ao mundo, deslocam a comunicação do modelo transmissivo para uma prática de escuta. Nessa perspectiva, comunicar não é representar o real, mas participar dele.

A escuta ancestral surge, portanto, não como metáfora, mas como princípio epistemológico. Ela recoloca o conhecimento no campo da convivência entre diferentes modos de existência e impede que a técnica se converta em critério único de inteligibilidade. A comunicação deixa de ser apenas circulação de informação e passa a constituir mediação entre mundos.

Isso não implica rejeição da tecnologia. A inteligência artificial pode participar de uma ecologia de saberes desde que seja reconhecida como forma situada de conhecimento, e não como modelo universal. O problema não é a presença de algoritmos na vida social, mas sua posição hierárquica na definição do que conta como realidade.

A partir desse deslocamento, o objetivo da pesquisa é alcançado: demonstrar que a articulação entre epistemologias indígenas e inteligência artificial permite conceber um modelo comunicacional decolonial. Esse modelo não busca substituir um saber por outro, mas reorganizar as relações entre eles. A técnica deixa de ordenar o mundo e passa a habitar um mundo já plural.

Nesse horizonte, a comunicação como escuta ancestral constitui uma ética. Ela orienta a convivência entre humanos, tecnologias e ecossistemas sem reduzir a diversidade à equivalência. O conhecimento não se organiza pela previsão do futuro, mas pela manutenção das relações que tornam o futuro possível.

A crise contemporânea revela que o problema da inteligência não é computacional, mas relacional. A ampliação da capacidade de cálculo não resolve o empobrecimento da experiência quando o mundo é reduzido à informação. O desafio não consiste em produzir máquinas mais humanas, mas em evitar que a humanidade se torne exclusivamente maquínica.

Assim, a contribuição deste trabalho está em recolocar a comunicação no centro do debate tecnológico. Não como interface técnica, mas como espaço ético de reconhecimento entre diferentes formas de vida e conhecimento. A escuta emerge como condição de coexistência em um planeta compartilhado.

Se a Modernidade instituiu o monólogo da razão, a tarefa contemporânea é reconstruir a possibilidade do diálogo. A inteligência artificial pode integrar esse movimento apenas quando deixa de falar sozinha e passa a escutar.

Referências

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura 1*. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2003, p. 15-45.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FLUSSER, Vilém. Ensaios. In: *Ficções filosóficas*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 93-98.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Scientiæ Sudia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KÜNSCH, Dimas A. Compreender mais e explicar menos, maternalmente. In: *Compreender:* indagações sobre o método. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2020, p. 9-15.

KUNSCH, Dimas A.; CARRARO, Renata. Comunicação e pensamento compreensivo: o ensaio como forma de expressão do conhecimento científico. *Líbero,* São Paulo, v. 15, n. 29, jun. de 2012, p. 33-42.

MONTAIGNE, Michel de. Sobre a experiência. In: *Os ensaios*: uma seleção. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 508-583.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 2001.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna***.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Almedina, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.